

Entrevista à professora Liliane Oliveira

Ensino de Português a falantes não nativos: “a chegada de imigrantes no país merece ser tratada como uma responsabilidade da nossa sociedade”

Ev'Ângela B. R. de Barros¹

A professora Liliane Oliveira Neves possui mestrado (2012) e doutorado (2018) em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), com foco no Exame que confere o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Atua na área de Linguística Aplicada e de Análise do Discurso, desenvolvendo pesquisas sobre temas relacionados a: ensino e aprendizagem de Português como Língua Estrangeira, interlíngua, enunciação, argumentação e confiabilidade. É membro do Grupo de Pesquisas em Linguagem e Tecnologia (INFORTEC), da Associação Mineira dos Professores de Português como Língua Estrangeira (AMPPLIE), é colaboradora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na aplicação e avaliação do Exame Celpe-Bras, e é servidora técnico administrativa do CEFET-MG.

Dada a relevância que o Ensino de Português a falantes não nativos tem assumido nos últimos tempos, Liliane nos concedeu a entrevista em que explicita alguns dos desafios dessa nova modalidade de ensino, enfrentados, em diferentes medidas pelas instituições de ensino superior que se dedicam a ela².

Revista do ICH – Como se deu sua entrada nessa área de formação para ensino de Português como língua não nativa?

Liliane: A minha inserção na área de formação teve início em três diferentes áreas: no ensino, quando ministrei aulas de português para estrangeiros que chegavam ao CEFET-MG, para fazerem intercâmbio acadêmico; na pesquisa, quando iniciei, em 2010, o meu mestrado; na avaliação,

¹ Professora Adjunta IV do Departamento de Letras da PUC Minas, Coordenadora do PIBID PUC Minas. Editora da Revista do Instituto de Ciências Humanas e de Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão. E-mail: evangelap@pucminas.br.

² Na PUC Minas, existem dois projetos de ensino de Português a falantes não nativos – o Projeto LER - Leitura e Escrita para Refugiados e Migrantes (do Programa de pós-graduação em Letras, professoras Sandra Cavalcante e Josiane Militão) e o Projeto Ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE), do Departamento de Letras e do CESPUC (Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros, sob a coordenação da professora Raquel Beatriz Junqueira Guimarães), os quais contam com atuação de um número considerável de graduandos e professores, todos voluntários.

quando fui convidada a compor a equipe de avaliação do Exame Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), atualmente administrado pelo INEP.

A partir de então, sempre fiquei envolvida nas questões relacionadas à área: fiz doutorado com o foco no Celpe-Bras, atuo no Grupo de Pesquisas em Linguagem e Tecnologia (INFORTEC – CEFET-MG), sou membro na Associação Mineira dos Professores de Português como Língua Estrangeira (AMPPLIE) e organizo cursos tanto de português para estrangeiros quanto de formação de professores, no CEFET-MG. Portanto, a minha atuação na área de formação para o ensino de português para estrangeiros passa pela experiência no ensino, na pesquisa e na avaliação. Atualmente, trabalho na Secretaria de Relações Internacionais do CEFET-MG, onde são organizados os cursos de português para estrangeiros e de formação de professores nessa área.

Revista do ICH – O que seria, exatamente, a abordagem denominada pela sigla PLAc? Ela coexiste com algumas outras – PLE, PFOL, etc.: quais as diferenças de abordagens?

Liliane: A área de português para estrangeiros contém algumas terminologias com abordagens políticas e ideológicas envolvidas, como por exemplo: PLE (Português como Língua Estrangeira); PFOL (Português para Falantes de Outras Línguas); PLA (Português como Língua Adicional); PLNM (Português como língua Não Materna); PL2/PSL (Português como Segunda Língua) e PLH (Português como Língua de Herança). Cada uma dessas terminologias revela especificidades do ensino e do contexto de aprendizagem. Portanto, diante das diversidades que envolvem essas abordagens, parece não ser possível utilizar um único termo que abarque todas as modalidades de ensino, do mesmo modo que a capacitação dos professores deve ser focada nos contextos específicos.

O Português como Língua de Acolhimento (PLAc), por sua vez, insere-se na grande área de português para estrangeiros e traz uma característica peculiar: a palavra *acolhimento* refere-se à integração do estrangeiro na sociedade, integração esta que passa pelo ensino da língua portuguesa. O público são os imigrantes, refugiados, portadores de visto humanitário e apátridas, cada um com suas diferentes realidades e necessidades. Juntamente com os professores brasileiros, os alunos convivem num mosaico linguístico e cultural capaz de enriquecer as suas experiências e integrá-los à nossa sociedade.

Revista do ICH – No seu ponto de vista, quais são os maiores desafios enfrentados, no contexto atual, para atendimento do público-alvo do PLAc?

Liliane: Em minha opinião, um dos maiores desafios é o financiamento. Por ser uma realidade relativamente nova no Brasil e que tem apresentado, paulatinamente, grande demanda para as instituições, os cursos de PLAc geralmente são institucionalizados por programas de extensão e contam com um número considerável de voluntários tanto de professores quanto das equipes de apoio. Os alunos, em sua maioria carentes, não possuem apoio financeiro para o deslocamento até o local do curso. No CEFET-MG, por exemplo, o curso do PLAc é semestral e acontece desde 2016, tendo iniciado com 30 alunos e, atualmente, tem cerca de 120 alunos por semestre. Trata-se de um projeto de extensão, em que participam alunos de graduação e pós-graduação da instituição e de outras, além de um grande número de voluntariado. O desafio é conseguir bolsas para os alunos (de graduação e de pós-graduação) que atuam como professores e monitores do curso e, também, um auxílio financeiro para que os imigrantes possam custear as despesas de transporte para irem até a escola.

Revista do ICH – Na elaboração do “currículo” a ser adotado, quais são os principais aspectos observados?

Liliane: Os principais aspectos observados são o perfil da turma e as suas reais necessidades. Pela característica do curso, a equipe de professores elabora o material que pode ser utilizado em sala de aula. Num primeiro encontro, é feito o nivelamento dos alunos, por proficiência linguística. Posteriormente, os materiais são elaborados / adaptados em função da necessidade da turma. Como o curso é semestral, a cada término de curso, a equipe se reúne para discutir algumas particularidades e planejar o semestre seguinte.

Revista do ICH – No Cefet, instituição já com certa experiência nesse campo de atuação docente, como se definem / se elaboram os materiais didáticos?

Liliane: Como a realidade dos alunos de PLAc é diversa, não há um material didático único adotado. Os professores usam livros, unidades didáticas do PPPE (Portal do Professor de Português como Língua Estrangeira/Não Materna), bem como preparam atividades que atendam à necessidade imediata dos alunos, por exemplo: elaboração de currículo e de carta de apresentação; formas de se dirigir a um chefe, a um colega de trabalho e a um amigo; os direitos e deveres de um imigrante no Brasil; questões relacionadas à saúde, alimentação, transporte. Além disso, são propostas atividades culturais, como visitas a feiras e museus, e, também, atividades relacionadas a estruturas linguísticas e produção textual.

Revista do ICH – Como pesquisadora dessa área de ensino, que dificuldades se destacam no que tange à formação de professores para Português como língua não materna?

Liliane: No meu ponto de vista, uma das maiores dificuldades é inserir, nos currículos dos cursos de Letras, disciplinas que tratem do ensino de português para estrangeiros, pois o que vejo, na prática, é que a formação de professores nessa área está muito vinculada a projetos de extensão. No entanto, posso afirmar que no CEFET-MG a área de PLE (como a denominamos, respeitando todas as particularidades do ensino e do público de cada curso) está consolidada graças a projetos de extensão. Foi um passo importante para que a Instituição passasse a conhecer e reconhecer a área como um importante instrumento de internacionalização e de prestação de serviço à sociedade.

Revista do ICH – Para você, o que seria necessário, do ponto de vista institucional (legislação, atuação do Ministério das Relações Exteriores e outras instâncias afins), para facilitar o acesso dos imigrantes à língua e a tudo o que advém desse domínio?

Liliane: Primeiramente, gostaria de destacar uma ação recente do CEFET-MG: a aprovação, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da reserva de vagas aos cursos da Instituição para alunos de PLAc. As particularidades da forma de entrada nos cursos ainda estão sendo regulamentadas, mas esse ato já representa um grande avanço institucional, que reconhece que a chegada de imigrantes no país merece ser tratada como uma responsabilidade da nossa sociedade.

Eu acredito que um passo importante seria o Estado se responsabilizar pelo acolhimento do imigrante, desde a sua chegada ao país até a sua inserção social, com ações relacionadas a direitos, deveres e o acesso a cursos de língua portuguesa.